

XIII Encontro Nacional de Pesquisa em *Ciência da Informação* - XIII ENANCIB 2012

GT 10: Informação e Memória

**Resgate das contribuições dos segmentos da sociedade brasileira ao
I Plano Nacional da Reforma Agrária (I PNRA)**

Comunicação Oral

Maria Auxiliadora Carvalho – UFPE

Hugo Carlos Cavalcanti – UFPE

Abdias Vilar de Carvalho - Locus Planejamento e Desenvolvimento Local

mdoracarvalho@gmail.com

RESUMO: Trata-se de pesquisa descritiva sobre a constituição do acervo do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA). Foi feito um estudo-pesquisa sobre o “Processo de Elaboração e Debate do I PNRA” a partir de documentos impressos (675) recebidos de vários segmentos da sociedade brasileira para a elaboração da *Proposta do I PNRA* sobre a reforma agrária, que recebeu em 1985, a denominação de *Contribuições*. Ademais, no período de março a novembro de 2008 foram realizadas 11 entrevistas com pessoas que tiveram importante papel na elaboração, discussão e revisão da *Proposta* à época formulada. O objetivo geral deste artigo consiste em identificar elementos de planejamento e tratamento da informação relativa ao processo de implementação deste projeto de estudo, de modo a constituir fundamento de ação concreta em contextos de preservação da memória documental. Assim, descreve a realidade em que foi realizado este trabalho, analisando elementos teórico/práticos que determinaram sua efetiva realização, desde a fase de planejamento até a sua recuperação e divulgação. Destaca os elementos considerados modelares para fundamentar as práticas em outros locais de memória. Como resultado, pretendeu-se, além da divulgação de um produto documental devidamente organizado e sistematizado, oferecer aos pesquisadores, professores, técnicos governamentais, estudantes e público em geral, a oportunidade de conhecer o conjunto de sugestões sobre a possível implementação da reforma agrária, registrando o pensamento dos vários segmentos da sociedade brasileira e trazendo nova luz sobre o estudo da problemática da citada reforma agrária no Brasil. Assim, a transformação dos documentos escritos e depoimentos orais em lugares de memória, implicou organizá-los em acervos públicos para que se tornem registro e fontes de uma história presente.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Organização da informação. Acervo documental. Reforma agrária. I PNRA.

ABSTRACT: It is a descriptive research on the constitution of the First National Plan for Agrarian Reform (I PNRA). Also, a study-research on the "Process Development and Discussion I PNRA" from printed documents (675) received from various segments of Brazilian society for the preparation of the I PNRA's Proposal on agrarian reform, which received in 1985 the designation of *contributions*. Moreover in the period from March to November 2008 were conducted 11 interviews with people who represent an important role in the drafting discussion and review of the proposal. The purpose of this paper is to identify elements of planning and processing of information relating to the implementation process of this study design, in order to constitute a basis for concrete action in the context of preservation of documentary memory. Thus, it describes the reality in which this work was performed by analyzing elements theoretical / practical that determined its effective implementation, from initial planning through to recovery and disclosure. Highlights the elements considered exemplary practices to support other memory locations. As a result, it was intended in addition to the disclosure document for a product properly organized and systematized; give researchers, teachers, government technicians, students and the general public the opportunity to meet a set of suggestions on the possible implementation of land reform, recording the thought of all segments of Brazilian society and bringing new perspective on land reform in Brazil. Thus, the processing of written and oral testimony in places of memory, implied organize them into collections so that they become public record and sources of this story.

KEYWORDS: Memory. Organization of information. Documentary collection. Agrarian reform. I PNRA.

1 - Introdução

A história se revela ao futuro respaldada em relatos e, sobretudo, em documentos (ou meros papéis), muitas vezes deixados à deriva e aos quais nem sempre as instituições tem dado conta da importância que eles representam no desenho de suas trajetórias. É recente, o fato de algumas empresas e órgãos públicos demonstrarem haver percebido tal importância, desenvolvendo atividades dedicadas à preservação e coleta de informações de sua história registradas nos documentos e pessoas, fontes por que neles atuaram. No Brasil ainda são muito modestas ações concretas nesse sentido. Certamente, uma das explicações seria o fato de as mudanças na estrutura e na direção das instituições ocasionarem perdas parciais, muitas vezes irrecuperáveis, dos documentos por ela emanados ou que nela circulam. Muito tem sido “salvo” graças à visão e ao cuidado de técnicos e pesquisadores atuantes nessas instituições, que encontram as mais diversas formas de guardarem essa documentação.

A organização e sistematização das informações para garantir a memória proveniente dos registros, que podem ser utilizadas quando houver necessidade de recuperar dados nelas armazenados, são fruto de tratamento da informação. “Isto implica procedimentos de controle da informação, de criação de acesso às referidas memórias e de desenvolvimento de dispositivos suscetíveis de acionar meios de acesso, com vista à recuperação de informação armazenada” (SILVA, 1998, p.25). Desse modo, a existência da informação materializada em suportes físicos conta com a Biblioteconomia e a Arquivística, mais precisamente através do tratamento da informação, para acioná-la como memória, numa dinâmica social de comunicação.

Em 1985, no período de março a outubro, houve uma intensa mobilização de vários segmentos sociais do Brasil – trabalhadores, empresários, religiosos, parlamentares, especialistas, técnicos governamentais, profissionais liberais – em torno da discussão da Proposta para elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA). Toda essa participação se concretizou no envio, ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) e ao Ministério de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de análises, reivindicações, abaixo-assinados, num total de 675 documentos.

O estudo-pesquisa sobre o Processo de Elaboração e Debate do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) teve, como fonte e ponto de partida, os documentos impressos recebidos dos vários segmentos da sociedade brasileira para a elaboração da Proposta do I PNRA, que receberam, em 1985, a denominação de *contribuições*. Foram

realizadas 11 entrevistas de março a novembro de 2008 com representantes políticos, civis e militares que tiveram importante papel na elaboração, discussão e revisão da Proposta.

O objetivo central da pesquisa sobre o I PNRA foi constituir um acervo dos documentos escritos e de testemunhos orais que, guardados em arquivos especialmente fixos e virtuais como na internet, possam ser consultados e utilizados pelo público. Em outras palavras, em espaços de memória. Um investimento de trabalho que traz ao documento a importância de registro memorial e informativo das várias dinâmicas sociais que legitimaram sua construção:

A razão de ser de um documento é a verdade. A prova, a demonstração e a autoridade são critérios que definem a veracidade do documento. Devido a essas características, ele se insere nos agenciamentos sociais. Porém esses critérios são válidos dentro de um dispositivo de poder. (FREITAS, MARCONDES, RODRIGUES, 2010, p.45).

O acervo do I PNRA, constituído pelas “Contribuições à proposta para elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária” encontra-se no Laboratório de Estudos Rurais do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. Sua organização e representação descritiva e temática significou parte da pesquisa.

A organização e disponibilização ao público desse fundo documental do processo de construção do I PNRA contribuem como um riquíssimo campo de apoio à produção de conhecimento sobre a reforma agrária brasileira em suas múltiplas dimensões. Além de fornecer subsídios valiosos ao processo atual de implantação, monitoramento e avaliação dessa política pública.

É **objetivo geral** deste artigo, identificar os elementos do processo de planejamento e tratamento da informação no tocante à execução do projeto I PNRA, de modo a constituir fundamento de ação concreta em contextos de preservação da memória documental, contribuindo na preservação de um valioso legado informacional dos movimentos sociais agrários. Como **objetivo específico**, pretende-se descrever a realidade do contexto em que foi realizado o trabalho, analisando elementos teóricos e práticos que determinaram sua efetiva realização desde a fase de planejamento até a sua recuperação e divulgação, destacando os elementos considerados modelares para fundamentar as práticas em outros locais de memória. Defende-se a ideia de que, no Brasil, questões lacunares como esta devam ser reconhecidas, para que possam ser solucionadas graças às informações conhecidas, coletadas, registradas e recuperadas como um testemunho de ocorrências de mobilizações da sociedade, de seus anseios e aspirações. **Metodologicamente**, os instrumentais teóricos de tratamento da informação com a temática da reforma agrária, guiaram o procedimento de organização do

acervo documental através da identificação, classificação, digitalização, e disponibilização na internet¹ das análises das *Contribuições* ao I PNRA.

2 – O I Plano Nacional de Reforma Agrária e os suportes teóricos para a organização do acervo

Um dos frutos da redemocratização da sociedade, em 1985, foi o compromisso da Aliança Democrática de realização da reforma agrária, apoiada no Estatuto da Terra, importante reivindicação dos trabalhadores rurais. O Governo do presidente Sarney nomeia, em 15 de março, Nelson Ribeiro, como primeiro ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), formalizando a criação deste ministério em 30 de abril. Para a presidência do INCRA, José Gomes da Silva é nomeado em 9 de abril.

O período de março a outubro de 1985, conhecido como debate do I PNRA, engloba três fases. A primeira, elaboração da Proposta, conforma os seguintes procedimentos:

- a) 23 de março: apresentação do Documento 1, Sugestões, de um Plano de Reforma Agrária escrito por José Gomes da Silva e entregue ao futuro ministro Nelson Ribeiro;
- b) 28 de março: reunião preparatória para elaboração da Proposta ao I PNRA, sob a coordenação de José Gomes da Silva, futuro presidente do INCRA;
- c) formação dos 17 Grupos de Trabalho para discussão e elaboração da Proposta;
- d) 9 de abril: instalação e início efetivo dos 17 Grupos de Trabalho para elaboração da Proposta;
- e) 9 de maio: conclusão da proposta pelos Grupos de Trabalho.

A segunda fase, apresentação e debate da Proposta, desenvolveu-se de maio a setembro e é marcada por três fatos de grande repercussão nacional:

- a) 25 de maio: apresentação às autoridades e à sociedade civil da Proposta para elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República (PNRA) no IV Congresso da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).
- b) 07 de setembro: data final para recebimento pelo MIRAD e INCRA das sugestões à Proposta;
- c) Dia 27 deste mesmo mês, a Proposta para o I PNRA é oficialmente entregue ao Presidente da República.

¹ <http://www.ufpe.br/1pnra/>

A terceira fase, de 27 de setembro a 10 de outubro, é caracterizada pelas alterações à Proposta inicial pelo Palácio do Planalto e pela transformação da Proposta no I Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República, no dia 10 de outubro, através do decreto nº 90.766. Se por um lado, esses dados apontam e registram diversos acontecimentos para uma história do I PNRA, por outro lado, escondem, na frieza da escrita, a grande mobilização que houve por vários segmentos sociais e institucionais, repercutindo na mídia nacional, para a discussão e no envio de centenas de sugestões à Proposta do I PNRA.

A dimensão das discussões institucionais e políticas ganharam maior relevo porque conjuntamente com o acervo documental, principal base para o desenvolvimento da pesquisa, foi constituído um acervo oral com entrevistas com aqueles que participaram, sob diversas formas, da elaboração do I PNRA. Ampliou-se o universo de compreensão de um processo político e institucional e trouxe, através de depoimentos, esclarecimentos, interpretações e a reconstituição de uma correlação de forças políticas nem sempre públicas.

A riqueza e a importância dos documentos do arquivo das *Contribuições* ao I PNRA não residem só no fato de sua presença dispersos em arquivos ou como reminiscências privadas em cada ator social, mas no fato de se tornarem símbolos, testemunhos coletivos e públicos que na sua heterogeneidade e multiplicidade se tornam memória materializada de um tempo presente. A transformação dos documentos escritos e depoimentos orais em lugares de memória implicou organizá-los em acervo públicos para que se tornem registro e fontes de uma história presente.

Antes de organizar e disponibilizar informações, uma série de decisões são imprescindíveis à elaboração de diretrizes para o devido tratamento dos documentos. Organizar a informação implica a elaboração de diretrizes para o devido tratamento dos documentos: a definição da **abrangência do assunto**; a **seleção** e aquisição dos documentos; o **processo de indexação**; a **estratégia de busca**; o **tempo de resposta**; a **forma de saída e a avaliação**. (LANCASTER, 2004; FUJITA, 2004).

Ademais, dada a riqueza de informações contida no acervo, é necessário o estabelecimento de semelhanças e diferenças como critérios de agrupamento documental, nomeando os agrupamentos no intuito de estabelecer “pontos de acesso” à informação, tais como o tipo do documento, data, autor etc. Dessa forma, organizar é, também, descrever, através de uma linguagem específica, a massa documental.

Para Smit e Kobashi (2003, p. 13), são critérios da descrição da informação: 1 - que a descrição das características dos documentos seja eficiente, ocupando o menor tempo possível, tanto do arquivista quanto do usuário do sistema; 2 - que a descrição das

características dos documentos seja eficaz, permitindo que o objetivo do arquivo seja atingido, isto é, a correta recuperação dos documentos e informações.

Para alcançar esses propósitos, é importante que os instrumentais de organização e representação da informação, tais como linguagens documentárias, tesouros, classificações, resumos e indexação, apresentem certas normas, no sentido de estabelecer pontos de acesso pertinentes e padrões de descrição da informação. Coadunam-se, nesse sentido, a distinção entre linguagem natural e linguagem documental, sendo a primeira, em CI, grosso modo, o horizonte linguístico de um indivíduo ou de um grupo social, enquanto a segunda se configura em “sistemas simbólicos instituídos que visam facilitar a comunicação” (CINTRA et al. 2002, p. 34), constituindo um “conjunto de termos, providos ou não de regras sintáticas, utilizadas para representar conteúdos de documentos técnico-científicos com fins de classificação ou busca retrospectiva de informações” (GARDIN *et al.*, 1968 *apud* CINTRA et al., 2002).

Nenhum documento de arquivo pode ser plenamente compreendido isoladamente, sem o estabelecimento de seus vínculos orgânicos. Assim, a **classificação** dá visibilidade às funções e às atividades do organismo produtor do arquivo, deixando claras as ligações entre os documentos, com a criação de classes genéricas, que dizem respeito às funções/atividades detectadas. Torna-se condição para a compreensão plena dos documentos de arquivo – tanto da perspectiva de quem os organiza como de quem os consulta. Os sistemas de classificação documentária podem usar em lugar de vocábulos, símbolos numéricos ou alfanuméricos, indo do geral para o particular, conforme recomenda a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD-G. A **catalogação** visa caracterizar a individualidade do documento através de elementos descritivos básicos enquanto para o registro representativo do conteúdo temático dos documentos pode-se adotar o **resumo e a indexação**. Os resumos indicativos facilitam a decisão do usuário sobre consultar ou não o documento integral através de uma síntese descritiva, enquanto a indexação constitui a representação analítica do seu conteúdo temático.

Ao realizar a análise documentária, com todo um conjunto de procedimentos para expressar o conteúdo de documentos há de considerar que fatores socioculturais, ideológicos e linguísticos naturalmente interferem nestas operações semânticas. A análise documentária numa temática que abrange diversas áreas requer um cuidado maior na hora da seleção dos termos a indexar. Deste modo, uma indexação realizada de forma eficaz é um dos variados instrumentos que o profissional da informação poderá utilizar.

Após o exame do documento o indexador identifica aqueles conceitos que são essenciais para a descrição do assunto. De acordo com a metodologia para análise de

documentos (ABNT, 1992) a determinação precisa do assunto auxilia nesse processo, se ele foi considerado sob um ponto de vista interdisciplinar (aspectos jurídicos, econômicos, sociais e tecnológicos) e, ainda, se esses aspectos foram abordados no contexto de um local ou ambiente especial. Deve-se salientar que todos os conceitos identificados não precisam necessariamente ser representados, mas aqueles realmente discutidos e que podem trazer informações relevantes, inclusive os que estão presentes no documento de forma implícita.

3 – Procedimentos metodológicos

O “Estudo sobre o Processo de Elaboração e Debate do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) contemplou a constituição de um acervo documental sobre o I PNRA a partir de análises, críticas, sugestões, propostas técnicas denominadas, na época, como contribuições. Foi constituído com base nos estoques de informações contidas nos arquivos da Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Tendo sido confrontada também com a documentação existente nos arquivos do Arquivo Edgard Leuenroth, da Universidade Estadual de Campinas e do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – CPDA da Universidade Federal do Rio de Janeiro, através do seu Núcleo de Documentação sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas - NEAD.

No desenvolvimento das atividades para a implementação de um plano de tratamento desta documentação escrita, duas preocupações básicas nortearam o desenvolvimento dos trabalhos: a necessidade da observância de princípios de tratamento temático da informação e a escolha adequada da tecnologia digital para propiciar um atendimento rápido e eficiente na recuperação das informações. Isso foi feito de acordo com as seguintes etapas: a) identificação quantitativa e qualitativa da documentação das Contribuições à Proposta do I PNRA; seleção, b) classificação e catalogação da Documentação das Contribuições à Proposta do I PNRA; c) digitalização da Documentação das Contribuições à Proposta do I PNRA; d) elaboração de suportes de disponibilização dos acervos produzidos pela pesquisa e de divulgação ampliada de seus conteúdos.

O trabalho enfocou os aspectos descritivos e de conteúdo dos documentos, ou seja, um conjunto de procedimentos para facilitar a recuperação da informação. Operacionalmente, significou um tratamento documentário de conteúdo de representações condensadas em textos, através de resumos e índices. Todo o conjunto de procedimentos para a elaboração de índices de assunto seja com palavras ou símbolos estão inseridas no que se denomina “Indexação”.

Tanto a Indexação quanto o Resumo foram elaborados através de três operações: análise, síntese e representação. No caso específico deste projeto o compromisso foi com a indexação. Todavia, para aprimoramento do trabalho, adotou-se também a elaboração de resumos, peça por peça.

O software selecionado para a implementação do arquivo em ambiente virtual foi o Sistema CLIO², um *software* livre desenvolvido na Universidade Federal de Pernambuco, pelas vantagens que proporciona.

A edição dos objetos digitais foi obtida através de um software específico para tratamento de imagens, o *Adobe Photoshop*, que permite converter a imagem para vários formatos padronizados tais como: JPG, GIF, TIF e BMP, o que contribui significativamente para a distribuição dos produtos em mídias diferentes favorecendo o processo de divulgação do trabalho realizado.

Para um entendimento da pesquisa, conforme citado anteriormente, foram entrevistados onze pessoas que na ocasião do PNRA foram atores deste movimento ocorrido em 1985. Levaram-se em consideração três aspectos: i) responsabilidade política de direção e de decisão; ii) representantes de entidades sindicais e de movimentos sociais dos trabalhadores rurais e da classe patronal ; iii) responsabilidade intelectual e política.

A metodologia das entrevistas seguiu os procedimentos de história oral, ressaltando três aspectos. Primeiro, o perfil social dos entrevistados com o objetivo de resgate da trajetória pessoal e de seu engajamento na questão agrária. Segundo, a percepção da conjuntura política e o papel do entrevistado nas articulações e interlocuções políticas e/ou institucionais. Terceiro, a sua participação nos grupos de trabalho, nas discussões públicas e institucionais e contatos com autoridades. Embora a idéia tenha sido realizar uma ligação entre a documentação existente e os depoimentos orais dos entrevistados numa situação atual, decorrido mais de 20 anos após o evento, este material (referente à história oral) foi encaminhado aos órgãos contratantes e não constitui foco de discussão desta comunicação.

O programa de organização do acervo indicou 06 propostas, das quais destacamos, aqui, apenas:

- O estabelecimento pelo Núcleo de Tecnologia da Informação-NTI de um espaço, nos servidores WEB da UFPE, para abrigar o Site do PNRA, composto de um banco de dados e o software CLIO;

² http://www.liber.ufpe.br/cliio/modules/home/pagina.php?cod_pg=1

- A criação de uma página de abertura para o site do I PNRA, a ser implantada na página do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. (<http://www.sociologia.ufpe.br>).
- Transcrição das fitas de áudio, para permitir sua digitalização e posterior publicação em meio eletrônico bem como elaboração das fichas com metadados referentes à transcrição dos documentos orais.

No que diz respeito à divulgação dos documentos escritos e dos depoimentos orais foram feitas propostas centrais abrangendo a publicação de cartazes e folders sobre os acervos; comunicação dos resultados da pesquisa via mala direta para o NEAD, CPDA, INCRA, MDA; o Laboratório de Estudos Rurais da UFPE; os grupos de pesquisa nas temáticas abordadas; Centros de documentação, bibliotecas universitárias, movimentos sociais, e outros. Ademais, foi realizado um seminário nacional para apresentação dos resultados deste Projeto com a participação do NEAD, MDA, INCRA, e equipe de pesquisadores e responsáveis de outros projetos de pesquisa sobre questão fundiária e memória camponesa, como de outros convidados diretamente interessados nos temas em foco.

4 – Resultados

4.1 Resultados referentes às etapas básicas do tratamento do acervo documental

Conforme foram apontados na metodologia, as etapas básicas cumpridas quanto ao tratamento do acervo documental obedeceram à seguinte sequência:

- Identificação e tratamento técnico
- Seleção, classificação e catalogação
- Digitalização dos documentos

4.1.1 Identificação e tratamento técnico

Num primeiro momento houve uma sondagem do que existia nos três arquivos para os quais a documentação foi destinada: Arquivo Edgard Leuenroth; Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas no Campo, do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrário; e Laboratório de Estudos Rurais da UFPE.

As ocorrências relativas à fase de identificação se referiram aos problemas apresentados, as soluções apontadas e as suas consequências, numa sequência lógica e respectiva, conforme exposto no esquema abaixo:

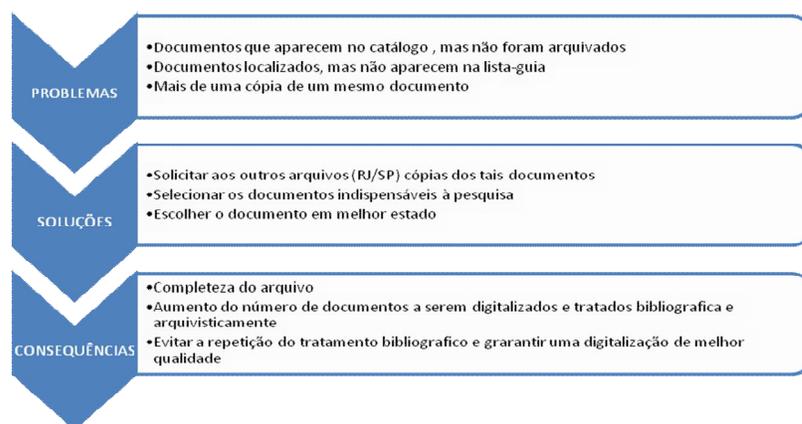


Fig.1 – Ocorrências da fase de identificação de documentos do 1PNRA (1985)

Em todos os arquivos foi observado um número razoável de documentos de difícil legibilidade, documentos com cópias repetidas em pastas diferentes sendo preciso um cuidado mais acurado em preservar, para que a documentação não se perca. Tomou-se como parâmetro para a localização dos documentos uma lista produzida pelo INCRA, quando procedeu a entrega dos documentos às três entidades acima mencionadas: Universidade do Rio de Janeiro, Universidade Estadual de Campinas e Universidade Federal de Pernambuco. Na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, onde foi efetuado o trabalho de identificação, os resultados podem ser visualizados no gráfico abaixo:

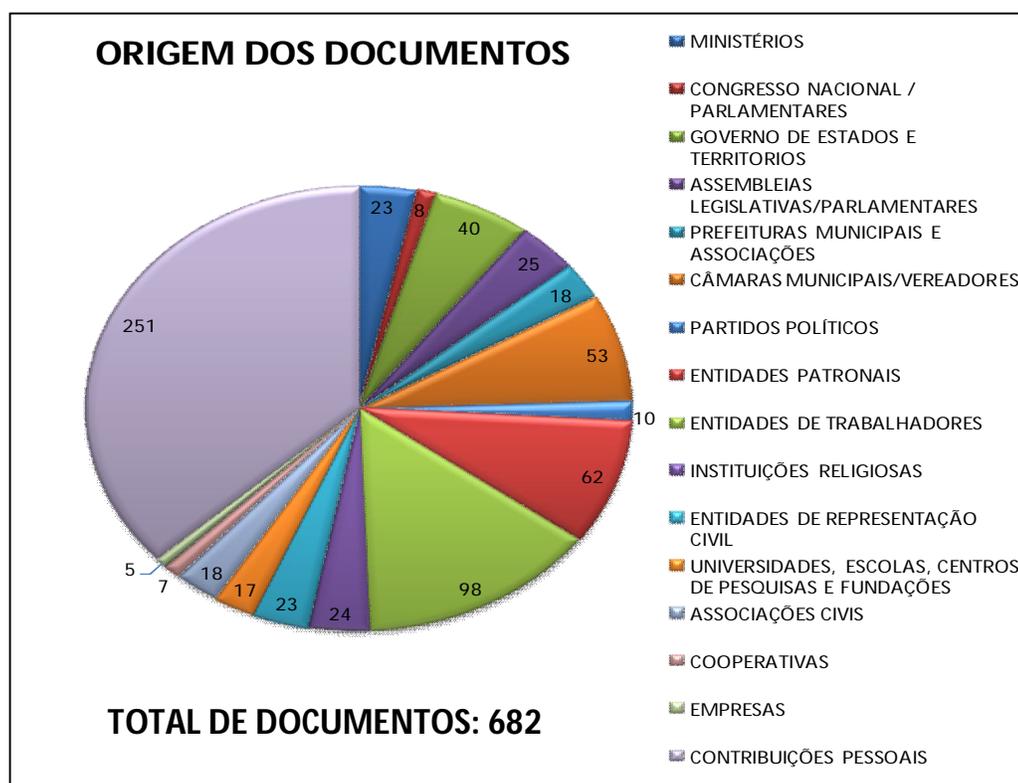


Fig.2 – Documentos localizados em Recife, considerando a relação original.

A correspondência do ponto de vista documental apresentou elementos significativos para a pesquisa, seja por conta dos emissores e destinatários, seja por sua respectiva tramitação. São sugestões, abaixo-assinados, críticas, alternativas técnicas e políticas dos vários segmentos da sociedade diante da reforma agrária que se anunciava. A riqueza do arquivo está, portanto, na diversidade de emissores indo desde um simples agricultor ao mais conhecido empresário, das universidades, aos técnicos das repartições, que registravam suas contribuições. O processo público para a construção do I Plano Nacional da Reforma Agrária da Nova República – I PNRA se manifesta também nos entrelaçamentos, nos despachos, e nas suas consequências. Numa síntese dos resultados apresentados pode-se afirmar que foram localizadas **682** peças documentais, nos arquivos do Laboratório Rural, o que corresponde a **93,3%** do total de itens ao se comparar com a relação-guia. Neste conjunto, há 59 documentos de difícil legibilidade, pelo próprio desgaste do suporte e condições de manutenção.

Esse trabalho de checagem do material existente proporcionou uma garimpagem na documentação, dando condições para melhor pensar o modo de sistematizá-lo e adequá-lo aos objetivos da pesquisa a respeito do I PNRA.

4.1.2 Seleção, classificação e catalogação.

Os sistemas de informação se desenham para aperfeiçoar o uso da informação num determinado contexto. Portanto, se reconhece, neste marco, a organização técnica, a catalogação, a classificação e a indexação como parte vital do processo do qual depende a efetividade da recuperação e uso da informação. Envolve os elementos descritivos e temáticos dos documentos.

Quando se trata de documentos de arquivos, os primeiros assumem um interesse significativo por viabilizarem o entendimento das origens e das relações entre emissores e destinatários, por exemplo. Quanto aos segundo, os elementos temáticos, requerem toda a complexidade da análise e a síntese do conteúdo de um documento. Assim, há uma indissolubilidade das etapas do fluxo documentário onde todos os procedimentos relativos à catalogação, análise e à recuperação temática da informação somente poderão ser efetivamente delineados em função de um objetivo: a sua disseminação.

Antes de iniciar os trabalhos desta fase foram colocadas algumas questões para estabelecimento de diretrizes de ação, a saber: a cobertura de assuntos, a seleção dos

documentos, o processo de indexação adotado, a estratégia de busca, tempo de resposta do sistema, e a forma de saída no processo de recuperação da informação.

A perspectiva de facilitar o acesso e a disseminação de informações, é que comandou, portanto, a escolha das atividades desenvolvidas para o tratamento técnico desses documentos provenientes dos mais variados segmentos da sociedade civil brasileira quando do processo de elaboração e discussão da Proposta do I PNRA.

A organização da documentação se deu por meio da Classificação e Catalogação dos itens de *per si* ou em grupo, contemplando a representação temática, através de resumos e palavras-chave, para posterior recuperação de informações.

4.1.3 Digitalização dos documentos

A digitalização de documentos visa, em primeira instância, à preservação de documentos originais, muitos deles já sem condições de manuseio direto. Os responsáveis pela gestão da informação contida naqueles documentos e do documento em si têm tido preocupações constantes em preservar as peças e ao mesmo tempo garantir o acesso, sobretudo quando se trata de material relevante do ponto de vista histórico/cultural.

Como resultado do trabalho de conversão para o formato digital sobre o acervo documental inerente ao Processo de elaboração e debate do I PNRA, foram digitalizados **654** documentos pertencentes ao acervo do Laboratório de Estudos Rurais da UFPE, resultando em **5016** imagens. Em termos quantitativos, as categorias Contribuições Pessoais e Entidades dos Trabalhadores se destacaram com um maior número de imagens fotografadas, 1370 e 1016, respectivamente, seguindo-se as de Entidades Patronais, 782 imagens e Governos de Estado, 360.

4.1.3.1 Disponibilização do acervo documental digitalizado para ser disponibilizado na internet e proposta de socialização do conteúdo dos acervos

A constante manipulação de documentos originais por parte dos usuários, e muitas vezes de forma inadequada, provoca processos de deterioração e degradação aos exemplares. Desta maneira, a sociedade tem procurado a tecnologia digital para quebrar um pouco esse problema e garantir que o usuário acesse cópias legítimas e inalteradas dos documentos e ao mesmo tempo os originais sejam resguardados.

As atividades voltadas para organização, armazenamento e descrição dos documentos encontram nos sistemas computadorizados ferramentas de significativo apoio. Essas ferramentas potencializam os esforços empreendidos por pesquisadores, historiadores, técnicos, bibliotecários e profissionais responsáveis por atividades de preservação e conservação de acervos, pela possibilidade de automatizar processos que ajudam a gerir enormes massas documentais de modo racional e efetivo.

O acesso aos materiais relativos ao processo de debate e elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República era até então encontrada somente em arquivos impressos, tendo sido proposto o acesso em formato digital através da rede mundial de computadores (*World Wide Web*). O que foi efetuado, quanto à organização da documentação sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária, concretizou e atestou um percurso que foi da modalidade tradicional para novas formas de comunicação sobre determinado conhecimento. A inclusão dos dados em ambiente eletrônico, mais especificamente na internet, sem dúvida, agregou valor à informação, por conta das possibilidades de perscrutação e garimpagem de conteúdos. Ademais, constituiu em uma ação concreta para facilitar e democratizar o acesso às informações sobre a reforma agrária no Brasil, ampliando e gerando novos conhecimentos.

A implantação da Biblioteca Virtual na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE ocorreu pela facilidade do apoio logístico necessário.

a) Procedimentos para organização

A organização desses acervos exigiu providências de ordem operacional e logística a fim de favorecer sua efetiva disponibilização através da Internet. Além da criação de uma página de abertura para o site do I PNRA, foi necessário o estabelecimento de um espaço nos servidores da unidade central da Universidade Federal de Pernambuco para abrigar a documentação, permitir sua digitalização e publicação em meio eletrônico.

b) Procedimentos para a divulgação

Constitui um dos objetivos da ciência da informação criar condições para a reunião da informação institucionalizada, sua distribuição adequada para um público que a use e valorize, com a finalidade de semear o desenvolvimento do indivíduo e dos espaços que este habita. Além do mais, conforme alerta Aldo Barreto (1998), é necessário a existência de um

fluxo de informação que funcione adequadamente, pois, o conhecimento contido na mensagem transmitida necessita do aval dos demais pesquisadores da área específica. Portanto, urge socializar esse conhecimento como um novo conhecimento público, aceito pelos pares em comunidade.

O processo de divulgação/socialização do acervo sobre o I PNRA demandou, ainda, a execução de atividades como elaboração de cartazes e folders sobre os acervos; uso da mala direta, realização de seminários.

4.2 Achados em relação ao discurso que se revela nos resumos

Os dados foram analisados a partir de duas técnicas diferentes: a análise de conteúdo, na qual foram verificados, com base nos resumos, alguns discursos por cada categoria estabelecida na organização do acervo e uma análise de conteúdo automática com a ajuda do *software* ALCESTE³ – *Analyse de Lexèmes Concurrent dans les Ennoncés Simples d'un Texte* – elaborada por Max Reinert (1990), onde foi considerado todo o corpo textual dos resumos e palavras-chave.

Na primeira técnica, para demonstrar como pode ser feita uma recuperação de informações a respeito do acervo trabalhado, escolheu-se dois ou três exemplos de resumos indicativos elaborados, em sua respectiva categoria, onde pode ser percebida a natureza das solicitações, observações, apoios ou críticas ao I PNRA. Conforme já mencionadas as categorias sob as quais os documentos foram agrupados foram as seguintes: Ministérios; Congresso Nacional/Parlamentares; Governos; Assembleias; Prefeituras; Câmaras; Partidos políticos; Entidades patronais; Entidades de trabalhadores; Instituições Religiosas; Entidades de Representação Civil; Universidades E Entidades De Pesquisa; Associações Cívicas; Cooperativas; Empresas; Contribuições Individuais.

Sintetizando os discursos através de documentos do acervo observa-se, na categoria dos Ministérios, uma preocupação com os programas de apoio, articulação institucional e atenção para os aspectos da sustentabilidade da reforma agrária.

No que se refere às prefeituras (categoria 5), há solicitação e indicação de áreas prioritárias quando da implantação da reforma agrária e informações sobre o latifúndio produtivo que se encontra em ociosidade.

³ www.alcestesoftware.com.br/manuais/alceste-complemento.doc

É interessante notar o destaque dado às questões relacionadas à valorização da mulher produtora rural. A preocupação aparece nas categorias: Ministérios, Assembleias, Câmaras e Associações civis.

A Zona da Mata pernambucana também fica registrada pelas categorias 2, Congresso Nacional/Parlamentares e na categoria 9, Entidades de Trabalhadores para inclusão de área prioritária e/ ou desapropriação de terras.

Na categoria das entidades patronais verifica-se o encaminhamento de sugestões representativas de 35.000 proprietários rurais e a manifestação de apreensão com I Plano Nacional de Reforma Agrária - I PNRA. Aparentemente na mesma linha aparece a categoria 15, Empresas, quando aponta as áreas de tensão social, a ocupação dos vazios demográficos e reivindica a participação da iniciativa privada e o incentivo para a adesão dos grandes proprietários.

As associações civis (categoria 13) apresentam moção de apoio à reforma agrária e irrestrita solidariedade pela mudança da estrutura fundiária. Dá sugestões sobre a regularização da posse da terra, seleção dos beneficiários e distribuição justa da propriedade rural. Já a categoria 14, Cooperativas, apresenta críticas em relação à definição de reforma agrária, ao entendimento sobre as áreas de domínio privado, contradições em relação às estatísticas. Ainda aponta a ausência de informações para o entendimento do processo como fator de intranquilidade entre setores agropecuários.

A categoria 12, Universidades e Órgãos de Pesquisa contribuem com reflexões sobre a questão agrária, a concentração da terra, as áreas prioritárias e os programas especiais, as peculiaridades regionais brasileiras, o movimento dos sem terra e o pensamento da Igreja. Na própria categoria 10, das Instituições Religiosas, aparecem o apoio com abaixo-assinados mas também as denúncias de conflitos, a situação de pobreza no campo, a explicitação de prioridades do Nordeste e o direito de propriedade.

Quanto às manifestações individuais, de fato, é interessante observar todo o conjunto com mais de 200 documentos. Estes, selecionados como exemplos, vão desde as idéias de que a reforma agrária não adianta e de não ser necessário desapropriar terra de ninguém até o alerta de que a reforma agrária já foi por demais protelada e que não se deve mais esperar pacto algum.

Para melhor ilustrar as afirmativas, foram selecionadas, para demonstração neste trabalho, apenas os resumos de categorias consideradas de discurso antagônico: a Categoria 8 - Entidades patronais; Categoria 9 - Entidades de trabalhadores, acrescentando-se ainda Categoria 16 - Contribuições Individuais.

Desta maneira espera-se que fique evidente de onde se extraiu a análise do conteúdo.

Entidades Patronais – o Presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente, Alcides Ropelli, encaminha carta com sugestões da classe patronal da região da Alta Socorocabana representando 35.000 proprietários rurais. Foi encaminhado, também um “Telex de Apoio e Sugestões” por Annibal Bianchini da Rocha, do Sindicato Rural de Maringá no qual mostra *apreensão pelo PNRA e recomenda medidas de apoio e assistência ao trabalhador rural.*

Entidades de Trabalhadores – foram selecionados para se ter a idéia da natureza das correspondências: a) o telegrama emitido por Joseh Rodrigues da Silva, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco – FETAPE, onde ele solicita inclusão da *Zona da Mata de Pernambuco como área prioritária para a reforma agrária;* e b) as Reivindicações da III Romaria do Agricultor reivindicações relacionadas com a *política agrícola, a implantação da reforma agrária, a autonomia sindical, a remuneração dos trabalhadores e com a previdência social* que foi enviada por Jaci Maximiliano Nardi, Presidente Do Sindicato Dos Trabalhadores Rurais De Mondai.

No que se refere às **Contribuições Individuais** há uma grande diversidade de emitentes, indo desde fazendeiros, profissionais de variadas áreas, estudantes bem como simples campesinos, conforme pode-se observar nas sínteses dos documentos abaixo:

Carta e documento anexo enviado por: Américo Batista Moreno, Eng. Civil e Militar.

Apresenta argumentação contrária à divisão da terra em muitos lotes pequenos distribuídos entre trabalhadores despreparados para administrar individualmente, sugere *trabalho cooperativo e não titulação permanente da terra* possibilitando a venda.

Sugestões (Reclamação 85012400 encaminhada ao Programa de Desburocratização)

Emitente: Antônio Dalavano

Destinatário: Programa Nacional de Desburocratização

Afirma que *reforma agrária não adianta* e sugere que o *governo patrocine o conforto da cidade como água, luz, telefone e escolas.*

Cartas com sugestões e apoio:

Emitente: Eni Allgayer

Sugere criação de um fundo para reforma agrária e organização dos *assentamentos de modo semelhante aos “kibuts” de Israel.*

Emitente: José Almeida Manso

Manifesta a saudade de como eram as fazendas “com alegria e união de todos os colonos em torno do fazendeiro”. Descreve a situação atual do campo (1985) do ponto de vista das despesas dos fazendeiros e também das condições de vida dos bóias-frias como consequência de erros dos legisladores anteriores. a partir desta justificativa, apresenta considerações como: a) *não ser necessário desapropriar terras de ninguém*, b) *deve-se abolir as leis existentes da terra*, c) *governo deve financiar máquinas, casas, quintais e dinheiro para cada projeto*, d) *o trabalhador ter sua carteira profissional assinada pelo Governo e não pelo fazendeiro*.

Emitente: Walter Muscari

Pede que o presidente *não espere pacto algum para colocar a reforma agrária em execução. Afirma que a reforma agrária já foi demais protelada e opositores haverá sempre senão for finalmente resolvida*.

Na segunda técnica de análise, foi utilizada a modalidade automática para interpretação dos dados, conforme já mencionado no início da seção.

O *software* ALCESTE realiza a análise de relação entre as palavras e das palavras com a classe, a partir do *corpus* textual (cálculo de χ^2). A seguir é realizada uma análise interpretativa pelo pesquisador, visando a (re)composição de um significado coletivo para o discurso coletado individualmente.

Ao realizar uma análise automática do conjunto de resumos e palavras-chave de todo o acervo (*corpus*) observou-se 4 classes produzidas a partir de uma Classificação Hierárquica Descendente.

A Classe 1 reúne os discursos originários das instituições religiosas, associações civis, Câmaras municipais/vereadores, partidos políticos e entidades de trabalhadores. Esses discursos caracterizam-se por apoio e sugestões e por denunciar os conflitos e a violência no campo exigindo, portanto, a imediata implantação da Reforma Agrária.

A Classe 2 reúne um discurso típico das contribuições pessoais, e aponta sugestões de práticas para realização da reforma agrária, como por exemplo sugestões quanto ao aproveitamento de terras, as terras que devem ser preservadas, o aproveitamento de técnicos para servir de elo de ligação entre agentes financeiros, agentes de mercado e o produtor, entre outras.

A Classe 3 é caracterizada pelos discursos originários de contribuições pessoais e Governo de Estados/Territórios Federais. Trata-se aqui de uma análise do PNRA em que se apresentam as sugestões, críticas (até rejeição) ao primeiro PNRA. Destacam-se, por

exemplo, a visão global da realidade, a desapropriação por interesse social, o associativismo rural, o tratamento das questões agrárias e conseqüentemente auxiliam a aplicação do plano.

A Classe 4, a partir de discursos tipicamente originários dos Ministérios, Entidades de representação civil, Governo de Estados/ Territórios Federais e Entidades patronais aponta para o conjunto de palavras-chave que revelam críticas e preocupações com as conseqüências da desapropriação da terra e a justa indenização. Aparecem ainda os marcos legais, a função social da terra e a necessidade de apoio aos trabalhadores

Os pesquisadores especializados na temática, ao analisarem a participação dos trabalhadores rurais e da classe patronal na elaboração do I PNRA consideraram que na contextualização de cada entrevista e de cada texto escrito, compreendidos como ação social, era preciso apreender a dinâmica da conjuntura político-social e os pronunciamentos sociais a partir da posição social e institucional de cada ator.

Há uma dinâmica determinada por discursos descontínuos, recorrendo a expressão de Foucault (2001), que trazem consigo uma memória de conflito e de legitimidade, parafraseando as formulações de Halbwachs (2006). De conflito porque trabalhadores rurais e proprietários/empresários rurais têm interesses sociais e posições políticas e ideológicas diferentes que se manifestam na forma de conceber, de compreender e de interpretar a realidade econômico-social do país e a conjuntura política.

Os trabalhadores, como a probabilidade de demarcar espaços, de contribuir e de viabilizar a reforma agrária. Os proprietários, como um dos caminhos para evitar a democratização da propriedade fundiária. Assim, participar da elaboração da Proposta significou a presença nos grupos de trabalho e nas audiências. Por outro lado, também, realizar mobilizações de discussão e de apoio ou de crítica, se fazer presente nas instituições e estâncias governamentais.

5 – Considerações finais

O trabalho enfocou todo o processo metodológico de leitura, catalogação, e digitalização de documentos escritos e, também indicou os procedimentos utilizados para implantação de um arquivo eletrônico na Internet e divulgação do acervo, apontando também para os cuidados com a conservação.

Num primeiro momento, a leitura do “corpus” de resumos e palavras-chave foi feita por meio de grupos de amostra dos resumos por categorias. A análise de todo o “corpus” dos resumos só foi possível graças utilização do *software* francês ALCESTE, cedido mui

gentilmente pela Dra. Maria de Fátima de Sousa Santos, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPE.

Constituindo uma base segura para a contextualização, compreensão e construção do conhecimento científico, os acervos documentais e técnicos voltados para os mais diversos aspectos da memória, seja ela textual, sonora ou visual, tem o seu valor reforçado quando a organização técnica desses arquivos se dá também em ambiente eletrônico. No caso proposto para o acervo sobre o I Plano Nacional de Reforma Agrária no Brasil, a relevância do projeto fica acentuada, pois, a revitalização dos arquivos vai proporcionar consultas e articulações, independente de espaço e tempo.

Como resultado pretendeu-se não somente a divulgação de um produto documental devidamente organizado e sistematizado como, também, oferecer aos pesquisadores, professores, técnicos governamentais, estudantes e público em geral, a oportunidade de conhecer o conjunto de sugestões sobre a possível implementação da reforma agrária, registrando o pensamento dos vários segmentos da sociedade brasileira e trazendo nova luz sobre o estudo da problemática da citada reforma agrária no Brasil.

A transformação dos documentos escritos (e depoimentos orais) em lugares de memória implicou organizá-los em acervos públicos para que se tornem registro e fontes de uma história presente. Trazendo para cá a interpretação de Foucault (2001, p.26) sobre o papel do discurso, “*o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta*”. Assim, o acervo do I PNRA tem essa função de tornar atual a sua contribuição para o debate sobre a reforma agrária, potencializando a memória de constructos sociais.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12676**: informação e documentação: Métodos para análise de documentos – determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992.

BARRETO, Aldo. Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica. Ci. Inf., Brasília, v. 27, n. 2, p. 122-127, maio/ago. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n2/barreto.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

CINTRA, Anna Maria Marques et al. **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Polis, 2002. (Coleção Palavra Chave, 4).

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

FREITAS, Lídia; MARCONDES, Carlos; RODRIGUES, Ana Célia (Orgs). **Documento: gênese e contextos de uso**. Niterói: Ed. da Uff, 2010.

FUJITA, M. A S. L. A representação documentária de artigos científicos em Educação Especial: orientação aos autores para determinação de palavras-chaves. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.10, n.3, p. 257-272, set./dez. 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2.ed. 5.reimp. São Paulo: Centauro, 2006.

LANCASTER, Wilfrid. **Indexação e resumos: teoria e prática**. 2. ed. rev. e atual. Brasília : Briquet de Lemos / Livros, 2004.

SILVA, Armando Malheiro da. **A informação Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação**. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

SMIT, J. W.; KOBASHI, Nair Yumiko. **Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos**. Projeto Como Fazer. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003.